

*Artigo

O novo campo

Falando um pouco da agricultura local, em Jundiá/SP, uma polêmica toma conta da cidade. Por um lado a cidade guarda uma imagem da terra da uva e do morango. Por outro, se transformou em um centro industrial de serviços, praticamente integrada a São Paulo e a grande Campinas.

Então, o que deve acontecer? No plano diretor em discussão na Câmara Municipal existem propostas de transformar áreas urbanas em áreas rurais para agricultura familiar e turismo rural.

Jundiá se transformou numa cidade de alta qualidade de vida e tem o maior PIB per capita do país, dentre municípios com mais de 400 mil habitantes. Os contrários a essa visão alegam que isso prejudicaria o crescimento da renda na cidade. Enquanto que quem está a favor da tese, alega que a cidade precisa cada vez mais de qualidade de vida, portanto deve-se preservar o verde.

Como fica o futuro de um planejamento diretor de uma cidade evoluída e desenvolvida, como Jundiá? Como conciliar a indústria, o comércio, o serviço e o rural? Qual a tendência?

Nessa discussão deve estar faltando o bom senso do meio termo. O local farming e até a agricultura vertical, a arquitetura do verde que vem invadindo as cidades, e as grandes cidades precisarão do verde, da hidroponia, além da agregação de valor dos produtos agrícolas que passam por educação, serviços, informática, alta tecnologia e agroindústrias.

A discussão em andamento em Jundiá pode ser importantíssima para orientar futuras discussões sobre como harmonizar o novo campo, com a nova indústria, e as novas cidades do futuro.

Sobre o CCAS

O Conselho Científico para Agricultura Sustentável (CCAS) é uma organização da Sociedade Civil, criada em 15 de abril de 2011, com domicílio, sede e foro no município de São Paulo-SP, com o objetivo precípuo de discutir temas relacionados à sustentabilidade da agricultura e se posicionar, de maneira clara, sobre o assunto.

O CCAS é uma entidade privada, de natureza associativa, sem fins econômicos, pautando suas ações na imparcialidade, ética e transparência, sempre valorizando o conhecimento científico.

Os associados do CCAS são profissionais de diferentes formações e áreas de atuação, tanto na área pública quanto privada, que comungam o objetivo comum de pugnar pela sustentabilidade da agricultura brasileira. São profissionais que se destacam por suas atividades técnico-científicas e que se dispõem a apresentar fatos concretos, lastreados em verdades científicas, para comprovar a sustentabilidade das atividades agrícolas.

A agricultura, apesar da sua importância fundamental para o país e para cada cidadão, tem sua reputação e imagem em construção, alternando percepções positivas e negativas, não condizentes com a realidade. É preciso que professores, pesquisadores e especialistas no tema apresentem e discutam suas teses, estudos e opiniões, para melhor informação da sociedade. É importante que todo o conhecimento acumulado nas Universidades e Instituições de Pesquisa seja colocado à disposição da população, para que a realidade da agricultura, em especial seu caráter de sustentabilidade, transpareça.

José Luiz Tejon Megido, Conselheiro Fiscal do Conselho Científico para Agricultura Sustentável (CCAS), Dirige o Núcleo de Agronegócio da ESPM, Comentarista da Rádio Jovem Pan.

Diário da Serra®

O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

f

d

s

t

Propriedade da E. Tormes & Cia. Ltda - ME

ISSN 2238-6467

FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996

Edição on-line desde 06 de setembro de 1997

ENDEREÇO

Av. Tancredo Neves, 1247-4K, Parque Maracões - Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000

Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501

CIRCULAÇÃO

Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenópolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugre, Campo Novo do Parecis e Sapezal.

Tragem total: 1,5 mil exemplares

ADMINISTRATIVO

DIREÇÃO GERAL

Mano Reski

mano@diariodaserra.com.br

DIREÇÃO ADMINISTRATIVA

Silvana Tormes

silvana@diariodaserra.com.br

REDAÇÃO

DIREÇÃO DE JORNALISMO

Fabiola Tormes

CONTATO

redacao@diariodaserra.com.br

DEPTO. DE ARTES

Reinaldo Manarim Neto

Maykon Henrique Moura

Evertton Matheus N. Campos

DEPARTAMENTO COMERCIAL

PUBLICIDADE E ASSINATURA

PUBLICIDADE LEGAL

GRÁFICA

E. Tormes & Cia Ltda-ME

Av. Tancredo Neves, 1247-4K, 3º/ta 02

CNPJ 14.048.123/0001-07

CONTATO

adm@diariodaserra.com.br

65 3326-4724

CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501

www.diariodaserra.com.br

www.ds.jor.br

*Curtas

Por falta de chuva, 6 municípios decretam situação de emergência

Seis municípios de Mato Grosso decretaram, no início deste mês, situação de emergência por causa da estiagem. Segundo informações da Defesa Civil estadual, a falta de chuva nessas cidades tem causado prejuízo aos produtores rurais e à população. De acordo com a Secretaria de Estado de Cidades (Secid), foi decretada situação de emergência em Água Boa, Canarana, Cláudia, Guiratinga, Novo São Joaquim, e Querência. Equipes de Coordenadoria de Resposta e Reconstrução da Defesa Civil já se encontram nas cidades avaliando as perdas sofridas e auxiliando os municípios nos processos de captação de recursos e auxílio humanitário junto ao governo do estado e à União. O decreto de situação de emergência é emitido pela prefeitura de cada município, homologado pelo governo do estado e tem validade de 90 dias, prazo que pode ser prorrogado por mais 90 dias. Segundo a Secid, cerca de 20 municípios já foram visitados por equipes da pasta devido à situação precárias ocasionada tanto pelas chuvas intensas quanto pela estiagem. A pasta alega que outras regiões também passam por problemas causados pela seca, mas ainda não fizeram a solicitação para intervenção da Defesa Civil estadual.

Na semana passada, a prefeitura de União do Sul, também decretou situação de emergência por causa da falta de chuva na região. Segundo o decreto, a estiagem provocou perdas significativas nas lavouras e, por consequência, reduziu a arrecadação do município.

Tremores	Imperceptíveis	Destaque	100 maiores
Três cidades de Mato Grosso registraram abalos sísmicos em julho, segundo o Observatório Sismológico do Instituto de Geociências da Universidade de Brasília (UnB). Segundo o instituto, os tremores foram registrados nos municípios de Porto dos Gaúchos, Colíder e Brasnorte, distantes 644, 648 e 580 km de Cuiabá, respectivamente. Os tremores de terra foram classificados como muito pequenos.	De acordo com o observatório, os tremores alcançaram magnitude na escala Richter de 2,1, em Brasnorte; 2,2 em Colíder e 2,8 em Porto dos Gaúchos. Os abalos foram registrados nessas cidades nos dias 14, 07 e 09 de julho, respectivamente. Ainda segundo Juraci, o observatório comumente notifica abalos na região onde os tremores foram registrados.	Em 2016, até junho, US\$ 90,252 bilhões em produção primária e secundária foram exportados pelo Brasil. Sozinhos, 11 municípios de Mato Grosso foram responsáveis no primeiro semestre por 4,91% da receita gerada com as exportações nacionais. Sorriso segue na liderança estadual e mantendo-se entre os 20 maiores municípios exportadores do país.	Juntos os municípios de Sorriso (16º), Rondonópolis (31º), Nova Mutum (44º), Primavera do Leste (51º), Sinop (52º), Lucas do Rio Verde (56º), Sapezal (66º), Diamantino (71º), Campo Novo dos Parecis (81º), Querência (83º) e Cuiabá (90º) embarcaram US\$ 4,438 bilhões entre janeiro e junho. Os 11 municípios mato-grossenses estão entre os 100 maiores exportadores.

*Bastidores da Política

Virtual	Crescimento	Reforço	Proibição
O abaixo-assinado virtual que pede a convocação da Força Nacional de Segurança para Mato Grosso chegou a mil assinaturas coletadas no período de 7 de junho até o dia 19 de julho. A informação é da assessoria do deputado estadual Emanuel Pinheiro (PMDB), autor do documento. O pedido é baseado no aumento dos índices de criminalidade apontados pelo deputado nas duas principais cidades do Estado.	O parlamentar se apoia em números oficiais da Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso (PJC/MT) que revelam um aumento de 2,7% comparativamente ao número de assassinatos registrados no período de janeiro a junho de 2015 a 2016. O número de latrocínio também cresceu. Foram registrados 20 no primeiro semestre deste ano em Cuiabá e Várzea Grande. De acordo com dados da (Sesp-MT).	“A Força Nacional de Segurança, sob o comando das Polícias Civil e Militar, irão reforçar as ações de combate à criminalidade, promovendo um verdadeiro choque de ordem. No entanto, a prerrogativa da convocação é reservada ao Executivo. Portanto, queremos sensibilizar o governador, Pedro Taques, e o secretário de Estado de Segurança Pública, Rogers Jarbas, para a realização de uma ação emergencial”, considerou o deputado.	O desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), Sebastião de Moraes Filho, proibiu que crianças e adolescentes participem dos atos do movimento de greve do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (Sintep/MT). Também fica obrigada a retirada de barricadas que impeçam o acesso de servidores à entrada da Secretaria de Estado de Educação (Seduc).
Sem atividades	Manifestação	Sob suspeita	Suspensão
Conforme levantamento realizado nas unidades de educação, 68% da rede está sem atividades. As demais escolas (32%) seguem em pleno andamento. A greve da rede estadual atinge a cerca de 400 mil alunos matriculados em 750 escolas estaduais. Inicialmente previsto para ser finalizado em 23 de dezembro, o calendário letivo de 2016 deve ser prejudicado em razão da paralisação.	Na quarta-feira, 20, os professores realizaram um grande ato público em frente à praça do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-MT). A categoria, no último dia 12, deliberou negativamente quanto às últimas propostas apresentadas pelo Governo do Estado. O Ministério Público Estadual instaurou um procedimento preparatório para apurar supostas irregularidades na jornada de trabalho de servidores.	O Ministério Público também encaminhou ao Ministério Público do Trabalho o procedimento para que o órgão também tenha informações acerca dos fatos. “Segundo o denunciante alguns servidores estariam recebendo um acréscimo salarial, como forma de pagamento pelas 10 horas excedidas semanalmente, uma vez que o concurso estabelece jornada semanal de 30 horas e não 40 horas”, cita trecho do documento.	O juiz federal Ciro José de Andrade Arapiraca suspendeu os direitos políticos do ex-senador Osvaldo Sobrinho (PTB) por três anos por ter aplicado R\$ 25 mil de sua verba indenizatória em três rádios de sua propriedade. A decisão é do dia 1 de abril deste ano. De acordo com o Ministério Público Federal, autor da ação, o ex-senador desviou cerca de 80% da verba indenizatória a que tinha direito, no ano de 2009.
Gaeco prende ex-secretário Permínio Pinto por envolvimento em fraudes			
O ex-secretário de Estado de Educação, Permínio Pinto, foi preso pelo Grupo de Atuação e Combate (Gaeco) na tarde desta quarta-feira, 20, acusado de participação ativa em um esquema de fraudes em licitações na Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer (Seduc). Neste momento ele está na sede do Instituto Médico Legal onde será submetido a exame de corpo delito. Na sequência, foi encaminhado para o Centro de Custódia de Cuiabá (CCC). Ao chegar na unidade penitenciária, ele não prestou declarações aos jornalistas. Segundo o Ministério Público Estadual, ele teve participação ativa na organização criminosa desarticulada na primeira fase da investigação - registrada em maio de 2016 e batizada como 'Rêmora'. A fase deflagrada hoje, um desdobramento da primeira ação, foi batizada como Locus Delicti.			